



As Vozes Silenciadas: o Impacto da ADPF nº 527 na Execução Penal de Transgêneros

Autor(es)

Felipe Rossi De Andrade
Vinicius Mendes Cavalcanti
Carla Rebeca Santos Oliveira
Thales Da Silva De Jesus

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE NEGÓCIOS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO - FACNET



Introdução

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma breve análise, por revisão li-terária acerca do transexual dentro do sistema prisional brasileiro e qual é o impacto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 527. Compre-endemos que a lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, conhecida como Lei de Execuções Penais (LEP), Constituição Federal (CF) e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, traz pontos sobre as garantias fundamentais contidos nas referidas legislações.

Notavelmente, comprehende que o sistema carcerário brasileiro no passado possuía uma grande violação das garantias fundamentais ao grupo LGBTQIA+, ocorre que, após a decisão do Ministro Luís Roberto Barroso, na ADPF nº 527, que trouxe um viés, no que concerne em políticas integrativas aos grupos vulneráveis, o que permitiu uma inclusão do referido grupo tanto nos estabelecimentos prisionais masculinos e feminino, o que será analisado ao transcorrer deste presente estudo.

Objetivo

Demonstrar quais são os problemas para a segurança dos internos nos estabelecimentos prisionais, acerca da opção de cumprimento de regime de pena em condições compatíveis com a identidade de gênero, apontando as consequências que os indiciados podem vir a sofrer

Material e Métodos

O método a ser utilizado na confecção deste trabalho é um estudo de caso exploratório sobre ADPF nº 527 do STF, que possibilitou a afirmação do direito das transexuais femininas e travestis ao cumprimento de pena em condições compatíveis com a sua identidade de gênero, analisar os impactos jurídicos dessa opção seja para os indiciados pertencentes ao grupo LGBTQIA+ seja para os internos nos presídios. Para tanto será feita uma análise com base em sumulas, jurisprudências e leis de natureza descriptiva, traçando os entendimentos dos tribunais a partir da decisão de relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso no presente ADPF.

Resultados e Discussão



A ADPF nº 527 do STF reconhece o direito de transexuais e travestis escolherem o estabelecimento prisional conforme sua identidade de gênero. Isso fortalece a proteção da dignidade humana e avança para uma sociedade mais inclusiva. A decisão destaca a necessidade de adaptação das estruturas prisionais e reflete um compromisso estatal com a igualdade. Exige políticas públicas mais inclusivas e atualização das leis do sistema prisional, visando garantir direitos fundamentais e padrões internacionais de direitos humanos. Essa medida representa um avanço jurídico e um compromisso com valores como justiça e igualdade, rumo a uma sociedade mais justa e livre de discriminação.

Conclusão

A ADPF nº 527 do STF reconhece direitos de transexuais e travestis no sistema prisional, promovendo inclusão e dignidade. A decisão destaca a necessidade de adaptação das estruturas prisionais e reforça o compromisso do Estado com a igualdade. Apela por políticas públicas inclusivas e atualização legislativa para garantir direitos constitucionais. Um marco na luta LGBTQIA+ e um avanço para uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo. Saraiva, 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, ADPF, nº 527 19/03/2021.

BRASIL, Decreto 678 – Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. 1969.

CONVENÇÃO. Americana de Direitos Humanos. 1969.

3ª MOSTRA CIENTÍFICA

AGUIAR, Louise. Transgêneros, os invisíveis do cárcere: a anulação da liberdade e de direitos no RN. Publicado em 2018. Disponível em <https://www.saibamais.jor.br/transgeneros-os-invisivel-veis-do-carcereocumprimento-de-pena-para-os-trans-no-rn/>. Visualizado em março de 2024.

BEZERRA, Beatriz Caroline. AS DIFICULDADES QUE OS TRANSEXUAIS EN-FRENTAM NAS PRISÕES. Publicado em 2017. Disponível em <http://repositorio.asces.edu.br/bitstream/123456789/836/1/Monografia%20Beatriz%20.pdf>. Visualizado em março de 2024.

